

Ofício-Circulado 6429, de 12/11/1996 - Direcção de Serviços da Justiça Tributária

Reclamação graciosa com fundamento na inexistência total ou parcial do facto tributário - casos a que se aplica o novo prazo do artigo 97º., nº2, do CPT, na redacção dada pelo artigo 2º. do DL 47/95, de 10/3.

Ofício-Circulado 6429, de 12/11/1996 - Direcção de Serviços da Justiça Tributária

Reclamação graciosa com fundamento na inexistência total ou parcial do facto tributário - casos a que se aplica o novo prazo do artigo 97º., nº2, do CPT, na redacção dada pelo artigo 2º. do DL 47/95, de 10/3.

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 8/11/96, sancionado o seguinte:

1- Tem suscitado dúvidas o âmbito de aplicação do artigo 97º., número 2, do Código de Processo Tributário, (CPT), na redacção do artigo 2º. do Decreto-Lei número 47/95, de 10 de Março, que estendeu até um ano o prazo de reclamação graciosa com o fundamento, além da preterição de formalidades essenciais, da inexistência total ou parcial de facto tributário.

Facto tributário é o específico pressuposto da relação jurídica fiscal consistente na situação ou situações previstas nas normas de incidência, compreendendo elementos materiais, temporais e quantitativos.

Para efeitos do prazo de reclamação graciosa do artigo 97º., número 2, do C.P.T., o legislador cindiu no entanto, os fundamentos da inexistência total ou parcial do facto tributário e do mero erro na quantificação. O prazo de um ano só se aplica à reclamação graciosa com fundamento na inexistência total ou parcial do facto tributário, com exclusão, pois, do mero erro na quantificação.

2- A inexistência do facto tributário é em regra geral, um elemento novo não tido em conta no acto tributário de liquidação, frequentemente por omissão do contribuinte. Não integra, assim, o fundamento da reclamação graciosa previsto no artigo 97º., número 2, do C.P.T. a mera divergência sobre a qualificação e quantificação do facto tributário, efectuadas através de liquidação adicional do imposto. Também não se confunde com o referido fundamento o mero incumprimento pelo contribuinte de ónus legal, ou seja, da necessidade de observância de certo comportamento, não para satisfação do interesse de outrem, mas como pressuposto de obtenção de vantagem para o próprio, como é o caso do não exercício, na declaração de rendimentos, das faculdades de englobamento e reporte previstas nos Códigos do IRS ou IRC.

3- Entre os benefícios fiscais não tidos em conta no acto tributário de liquidação devem distinguir-se os que actuam logo no momento da incidência tributária dos que actuam posteriormente, ou seja, já na fase da determinação da matéria colectável.

Apenas os primeiros são susceptíveis de integrar o fundamento da inexistência total ou parcial do facto tributário. É o caso, designadamente, dos rendimentos isentos dos deficientes que, de acordo com o artigo 44º., número 1, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não são englobáveis nos restantes rendimentos do sujeito passivo de IRS.

Não se incluem no fundamento da inexistência total ou parcial do facto tributário os benefícios fiscais que actuem exclusivamente no processo de expressão quantitativa do facto tributário, ou seja, na fase de liquidação. É o caso dos abatimentos e deduções previstas no Código do IRS e no EBF, designadamente no artigo 21º., que prevê a dedutibilidade dos montantes subscritos em planos de poupança-reforma, bem como das deduções à colecta.

4- Integra-se no fundamento da inexistência total ou parcial do facto tributário o erro imputável ao contribuinte que erroneamente preencheu a declaração de rendimentos na qualificação da categoria de tributação em IRS, incluindo a indicação como do trabalho dependente de

rendimentos de pensões.

5- Quaisquer outras dúvidas que não possam ser afastadas por aplicação dos princípios expostos devem ser superiormente colocadas.

Com os melhores cumprimentos
Lisboa, 12 de Novembro de 1996
O DIRECTOR-GERAL
José Gomes Pedro

Pº.740/7249